



## CONSTRUIR UMA INSTITUIÇÃO: DÉCADAS INICIAIS DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP

Roseli Fischmann

Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Brasil

[roselif@usp.br](mailto:roselif@usp.br)

### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo oferecer elementos para uma melhor compreensão de peculiaridades de como se constituiu a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, tanto em seus antecedentes, como em seus primeiros 20 anos de existência independente, a partir de sua instalação em janeiro de 1970. Busca também oferecer informações e análises referentes a um período de mudanças institucionais marcadas por mudanças políticas internas, além daquelas que ocorriam na sociedade. Metodologicamente, trata-se de pesquisa documental e bibliográfica, complementada por relato das próprias vivências institucionais da autora em ininterruptos 50 anos de vida na FEUSP, sendo, nesse sentido, investigação que se aproxima da abordagem (auto)biográfica.

**Palavras-chave:** Origens da FEUSP. Mudanças institucionais. Compromisso político.

## CONSTRUYENDO UNA INSTITUCIÓN: PRIMERAS DÉCADAS DE LA FACULTAD DE EDUCACIÓN DE LA UNIVERSIDAD DE SÃO PAULO

### RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo ofrecer elementos para una mejor comprensión de las peculiaridades de cómo se constituyó la Facultad de Educación de la Universidad de São Paulo, tanto en sus antecedentes como en sus primeros 20 años de existencia independiente, desde su instalación en enero de 1970. También busca ofrecer información y análisis referentes a un período de cambios institucionales marcados por cambios políticos internos, además de los ocurridos en la sociedad. Metodológicamente, se trata de una investigación documental y aproximada, experiencia complementada con el propio relato del autor en 50 años ininterrumpidos de vida en la FEUSP, siendo, en ese sentido, una investigación que adopta el enfoque (auto)biográfico.

**Palabras-clave:** Orígenes de la FEUSP. Cambios institucionales. Compromiso político.

## THE BUILDING OF AN INSTITUTION: THE FIRST DECADES OF THE FACULTY OF EDUCATION AT THE UNIVERSITY OF SÃO PAULO

### ABSTRACT

This article aims to offer subsidies for a better understanding of the peculiarities of how the Faculty of Education of the University of São Paulo had been constituted, both in its antecedents and in its first 20 years of independent existence, from its installation in January 1970. It also seeks to offer information and analyzes referring to a period of institutional changes marked by internal political changes, in addition to those that occurred in society. Methodologically, it is a documentary and bibliographic research, complemented by the testimony of the author's own institutional experiences in uninterrupted 50 years of life at FEUSP, being, in this sense, an investigation that is related to the (auto)biographical approach.



**Keywords:** Origins of FEUSP. Institutional changes. Political commitment.

## CONSTRUIRE UNE INSTITUTION: LES PREMIÈRES DÉCENNIES DE LA FACULTÉ D'ÉDUCATION DE L'UNIVERSITÉ DE SÃO PAULO

### RÉSUMÉ

Cet article vise à offrir des éléments pour une meilleure compréhension des particularités de la constitution de la Faculté d'Éducation de l'Université de São Paulo (FEUSP), aussi bien dans son prélude qu'au cours de ses 20 premières années d'existence indépendante, depuis sa création en janvier 1970. Il vise également à fournir des informations sur et à analyser une période de changements institutionnels marqués par des changements politiques internes au-delà de ceux qui avaient lieu dans la société. Méthodologiquement, il s'agit d'une recherche documentaire et bibliographique, complétée par les propres expériences institutionnelles de l'auteure au cours de 50 ans de vie ininterrompue à la FEUSP, étant, en ce sens, un travail lié à l'approche (auto)biographique.

**Mots-clés:** Origines de la FEUSP. Changements institutionnels. Engagement politique.

### INTRODUÇÃO

O ponto de partida que tomo, aqui, é a reflexão presente em artigo precioso da professora doutora Carmen Sylvia Vidigal Moraes. Ao considerar os muitos textos celebratórios e em homenagem ao centenário de Florestan Fernandes no meio teórico da Sociologia, identifica a quase nula atenção dada à relevante obra resultante de suas pesquisas no campo educacional, incluindo o fato de ter sido orientador de Celso de Ruy Beisiegel e de Luiz Pereira, assim como a relevante e histórica contribuição de Florestan às políticas públicas de educação. Afirma então Moraes (2020): “[...] ambos passam pela questão difícil e complexa do apagamento da memória, ou melhor, do esquecimento a que são submetidas circunstâncias, pessoas e situações no decorrer da história”. (p. 3)

Em artigo anterior, apontei “o abandono amnésico a que o Estado e a sociedade brasileira têm relegado a memória coletiva” (FISCHMANN, 2013) e algumas das repercussões sobre a educação que semelhante abandono ocasiona, incluindo impactos diretos no cotidiano escolar, de todos os níveis de ensino. No texto da professora Carmen Sylvia há uma explícita preocupação com o apagamento que governos de ultradireita têm procurado operar em nível mundial, o que inclui, lamentavelmente, o caso do Brasil sob o governo que se iniciou em 2018, marcado também pela negação da democracia, da ciência e da própria razão.

Tomo a liberdade, ainda, de dialogar com Moraes (2020) para oferecer complementação, ou derivação, da afirmação feita por ela. Sim, uma parte do que ocorre é



“esquecimento”, que se tenta justificar com base em fatos corriqueiros. Mas, entendo, é também resultado de certa atitude que menospreza, por tantas razões que nem se mencionam e nem se justificam, o fato de que a construção do saber sempre se faz “sobre os ombros de gigantes”, frase de Isaac Newton popularizada nos tempos recentes. Entendo que há, também, um “apagamento da memória”, que é acionado de modo informal, mas efetivo: seja por um tipo de “memória seletiva” no meio acadêmico, que privilegia a escolha pessoal em detrimento do coletivo; seja pela omissão, em artigos e livros, do reconhecimento de autores e obras dos quais se retira as informações de que se necessita, mas se as condena à ausência de citação da fonte, à espera da condescendência de quem aprova aquele apagamento, em meio a outros, ou por igualmente praticá-lo, ou por qualquer outra atitude simplesmente *blasé*, no que se refere ao reconhecimento do mérito de quem o tem. Porque se dá o esquecimento ou como e por que se faz o apagamento da memória poderiam ser bom objeto de pesquisa, mas não é o objetivo aqui.

Procuo, então, continuar a seguir a inspiração de MORAES (2020) que afirma:

[...] não compactuando com esse relativo silêncio ou apagamento da memória, o objetivo da intervenção é o de explicitar a contribuição do pensamento de Florestan Fernandes e sua importância seminal no trabalho fundador daqueles que, sob sua orientação, contribuíram para a consolidação da sociologia da educação no país”. (p. 4)

A tarefa de pensar os 50 anos da Faculdade de Educação da USP encontra uma contribuição indispensável, de grande profundidade e riqueza, nesse artigo da professora Carmen Sylvia, em especial no que se refere à implantação dos estudos e docência no campo da Sociologia da Educação, pela atuação do professor Celso Beisiegel. Frente aos belíssimos resultados obtidos nesse trabalho de MORAES (2020), percebo que aqui apresento apenas um esboço inicial, que procura oferecer algumas anotações sobre as três primeiras décadas da FEUSP, igualmente “não compactuando com esse relativo silêncio ou apagamento da memória”, processo tão complexo quanto possível de ser superado, ainda que aos poucos, em partes e com muita colaboração.

A contribuição que me proponho a oferecer, então, foi elaborada com base em pesquisa documental e bibliográfica, em parte guiada e complementada por relato de minhas próprias vivências institucionais, sendo, nesse sentido, trabalho próximo à abordagem (auto)biográfica, como tratada por Abraão (2013). Como recorte, volta-se para processos, obras e pessoas que entendo devam ser lembradas. Justifico essa escolha de metodologia combinada, porque ingressei na Faculdade de Educação da USP em março de 1971, com 17 anos de idade, aprovada no exame vestibular realizado em janeiro daquele ano, e lá atuo até os dias atuais. Comecei minha vida como docente no Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação



(EDA) em agosto de 1975, quando realizava o segundo semestre do curso do Mestrado, na mesma instituição.

Em março de 1998 vivia-se em meio a grandes movimentações no Governo Federal e no Congresso Nacional para o que seria uma primeira grande reforma da Previdência. Como já contava com mais dos 25 anos então exigidos, para o magistério, para aposentadoria, trazendo para a contagem o tempo, a partir de abril de 1972, como professora concursada da rede municipal de ensino de São Paulo, não sem dificuldade tomei, como tantos colegas, a decisão de aposentar, tendo em vista outras questões que também me tocavam então. Ainda assim, em nenhum momento interrompi minha colaboração com a FEUSP até os dias atuais, atuando primeiramente como colaboradora voluntária e, posteriormente, enquadrando-me, mediante projetos e relatórios bienais apresentados ao EDA e à Congregação, como professora sênior, desde que essa categoria foi criada, pela USP, em 2012. Ou seja, na prática, com satisfação e sentido de dever cumprido, vejo me aproximar o tempo de completar, dessa vez em caráter voluntário, mais outros 25 anos de trabalho docente e de pesquisa na USP. Mas antecipo a gratidão por completar, em 2021, 50 anos de vida acadêmica na FEUSP.

É assim que, em resumo, o presente trabalho é a primeira parte de dois artigos, que reúnem resultados da mencionada pesquisa documental e bibliográfica, enquanto oferecem também, quando oportuno, parte das reflexões e análises que acumulei ao longo de meio século sobre a instituição, somadas à memória de minha trajetória como aluna de graduação na Pedagogia, desde 1971 e, simultaneamente, desde 1975, como estudante do mestrado e do doutorado e, também, como docente.

## **ORIGENS, ANTECEDENTES**

Para compreender a existência da Faculdade de Educação e a fundação da própria USP, em 1934, é preciso revisitar o período imediatamente posterior à proclamação da República e as duas primeiras décadas do século XX, quando a mobilização política e intelectual se dava em torno de debates sobre a educação e seu papel na construção do regime republicano no Brasil.

Em artigo indispensável para conhecer as origens institucionais da Faculdade de Educação, Antunha (1975) informa que, embora criada como unidade na reforma do estatuto da USP de dezembro de 1969, passando a funcionar nesse caráter em janeiro de 1970, é preciso recuar significativamente no tempo para compreender como, com diversos nomes, se constituiu por décadas a Instituição:



[...] suas origens mais longínquas radicam nos planos dos republicanos históricos paulistas de criação – logo após a Proclamação da República – de um completo sistema de ensino no Estado, compreendendo desde as escolas primárias (e o Jardim de Infância) até as superiores. Entre estas, acrescentando-se a Faculdade de Direito, mantida pela União, e ao lado das projetadas Faculdades Estaduais de Medicina, de Agricultura e de Engenharia, pensou-se, já nos primeiros anos do regime republicano, na criação de um Curso Superior de Educação, também a ser mantido pelos cofres estaduais, como culminação das atividades de formação e de aperfeiçoamento do magistério, então a cargo exclusivo do Curso Normal (de nível médio) da Escola Normal da Praça. (ANTUNHA, 1975, p. 25)

Antunha (1975) traça o percurso que tiveram as iniciativas públicas voltadas para a formação do magistério e das autoridades educacionais em São Paulo e outros estados, assim como no Distrito Federal nas três primeiras décadas do regime republicano. Indica como chegou certa influência internacional, em especial norte-americana e francesa, compondo-se de um modo que ganhava características próprias, o que teria desdobramentos:

Essas ideias, de criação de uma escola de formação e de aperfeiçoamento pedagógico ao modo de um "Teacher's College" americano de então, ou mesmo de uma Escola Normal Superior, de inspiração francesa, foram durante um certo tempo assimiladas à de criação de uma escola superior de altos estudos e de pesquisas desinteressadas, ou aquele tipo de estabelecimento que viria mais tarde chamar-se, em nosso país Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. (ANTUNHA, 1974, p. 31)

No Estado de São Paulo, houve, no ano de 1920, diversas iniciativas voltadas para a educação pública sob a administração de Sampaio Dória<sup>1</sup> à frente da então Diretoria-Geral do Ensino. Dentre elas, uma trouxe mais frutos posteriores, que medidas imediatas:

[...] embora essa escola não tenha chegado a instalar-se de fato, criou-se [em São Paulo] pela Lei 1750 [de dezembro de 1920] uma Faculdade de Educação, com o objetivo de desenvolver altos estudos no campo da educação, da filosofia e das artes e de preparar pessoal de alto nível para as tarefas da educação. Entre essa primeira Faculdade de Educação, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (criada em 1934) e a atual Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, há uma clara continuidade histórica (...). (ANTUNHA, 1975, p. 32)

Contudo, como antecessor institucional direto, assim considerado por ter sido efetivamente implantado e colocado em funcionamento, cabe mencionar o Instituto de Educação, criado em abril de 1933 e logo incorporado à Universidade de São Paulo quando de sua criação em janeiro de 1934. O Instituto de Educação era “dirigido por um educador do porte

---

<sup>1</sup> Em minha tese de doutorado, tratei da Reforma Sampaio Dória como um dos três momentos em que efetivamente se propôs mudanças, no Estado de São Paulo, independentemente do que efetivamente se alcançou. (FISCHMANN, 1989).



de Fernando de Azevedo e contando com professores da estatura de Almeida Junior, Milton da Silva Rodrigues, Noemi da Silveira Rudolpher, Roldão Lopes de Barros, e outros [...]” (ANTUNHA, 1975, p. 40). Operando por cerca de quatro anos, naquele que seria um modo provisório, como unidade universitária independente, ao incorporar-se à USP, o Instituto de Educação foi extinto e transformou-se na Secção de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Posteriormente foi transformado em Secção de Pedagogia e, mais adiante, Departamento de Educação, o qual serviu de base para a criação da Faculdade de Educação, com a estrutura que mantém atualmente.

## A PRESENÇA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO NA “PRÉ-HISTÓRIA”<sup>2</sup> DA FEUSP

Ao longo das três décadas que precedem a criação do Instituto de Educação, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da própria USP, uma presença marcante nos debates e iniciativas em prol da educação pública em todos os níveis é a do jornal O Estado de S. Paulo, em princípio voltada especificamente para o estado de São Paulo, mas com repercussão nacional. As marcas dessa presença estendem-se, também, pelas décadas seguintes, como será visto, mas cabe perguntar por onde se iniciaram.

Aqui é preciso fazer um breve interlúdio. Se o cuidado na abordagem histórica exige a aproximação ao contexto às circunstâncias, no caso do campo da comunicação esse cuidado precisa ser redobrado, especialmente pelas gerações mais jovens, em um tempo como o atual. Isso porque a comunicação, seja institucional, seja pessoal, faz-se de modo instantâneo, com a internet sendo onipresente na vida em geral, resultando que o esforço de compreensão daqueles tempos pede esforço hercúleo, especialmente, mas não só, para quem é nativo digital. Porque me refiro – e não apenas em relação às três primeiras décadas republicanas, mas às décadas seguintes, abordadas nesse artigo – a um mundo sem internet, o que dizer de internet democratizada; portanto, um mundo sem redes sociais – Twitter, Facebook, Instagram, Whatsapp ou qualquer outro “app”. Sequer os “PCs”, ou “computadores pessoais”, que engatinhavam no fim da década dos anos 1980 e atualmente nem são mais assim mencionados. O que dizer, então, de notebooks, tablets ou smartphones, que apenas na segunda metade da década de 1990 surgiram na versão “celular”, mas apenas para telefonia, sem acesso à internet, que pouco ensaiava ser financeiramente acessível, sendo-o somente para uma pequena parcela

---

<sup>2</sup> Tomo emprestado o termo utilizado por ANTUNHA (1975) para uma época ainda anterior da construção do que viria depois a ser a FEUSP, adaptando-o para o estudo que faço aqui.



da população? Essa lembrança não é fortuita, mesmo aqui oferecida *en passant*, porque é preciso transportar-se a um tempo em que debater ideias pedia a presença física, mobilizar pessoas para uma reunião voltada à troca de ideias exigia grande esforço, distribuir um texto do tipo “para debate” levava dias e dias de trabalho de escrita às vezes primeiramente à mão e, depois, em máquinas de escrever de teclado pesado, até se levar para uma gráfica de produção manual, ou mais tarde, até produzir um “stencil” ou páginas *off-set* para impressão a tinta numa impressora de gráfica, o que já era muito avançado, como se tinha nos anos 1960, 1970, 1980, ou “rodando” em um mimeografo, como por tanto tempo se fez em escolas e mesmo nas universidades. Já o envio, o que se contava era apenas o correio físico, o que nem se fazia necessário mencionar naquela época.

Nesse contexto, no que se refere às comunicações a linha editorial dos grandes jornais da época tinha grande influência na definição de caminhos com relação às prioridades políticas, sociais e culturais, nacionais e locais, de modo muito decisivo. Por isso é relevante mencionar aquele que é um dos casos, na imprensa brasileira, de maior relevância para a constituição e consolidação do campo educacional, nos primórdios da República e décadas seguintes, ou seja, o mencionado jornal O Estado de S. Paulo, mais recentemente apelidado Estadão<sup>3</sup>. Existindo desde o Império, quando era denominado “A Província de S. Paulo”, o jornal foi parte importante nas lutas pela proclamação na busca dos ideais republicanos<sup>4</sup>, dentre os quais se destacava a ênfase na educação pública, incluindo o ensino superior, que era então incipiente, como único modo de atingir as mudanças sócio-políticas necessárias para a efetiva construção republicana do país. A criação de uma universidade já constava, então, entre suas principais recomendações.

Dentre as iniciativas do Estadão naquela época, e nesse sentido acima mencionado, destaca-se a que teve um caráter inaugural do que viria a ser denominado posteriormente “grupo do Estado” (CARDOSO, 1982; MORAES, 1994) e, mais ainda, que se revestiu de particular e duradoura relevância para a educação paulista e nacional. Refiro-me ao Inquérito sobre a Instrução Pública em S. Paulo<sup>5</sup>, realizado em 1926 sob coordenação de Fernando de Azevedo,

---

<sup>3</sup> Utilizarei, também, o apelido “Estadão” ao me referir, no presente artigo, a fatos ou publicações ligadas ao jornal “O Estado de S. Paulo”, para evitar que se confunda o Estado de São Paulo, ente federativo, e o jornal. Lembro, também, que o próprio jornal utiliza o apelido que o público deu a ele, antes de ser invenção midiática, como endereço eletrônico de seu portal: [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br).

<sup>4</sup> Entre outras publicações, ver a esse respeito: CAPELATO & PRADA (1980); CARDOSO (1982).

<sup>5</sup> A realização e publicação do Inquérito tem sido objeto de diversos estudos, pela relevância de seu papel na história da educação brasileira. Não se trata, assim, de retomar o que já está assentado no conhecimento do campo, mas pontuar alguns aspectos de interesse para a discussão que aqui procuro fazer.



a pedido de Júlio de Mesquita Filho, e publicado paulatinamente no Estadão, entre junho e dezembro de 1926, em 34 colunas (ENTINI, 2014)<sup>6</sup>.

Matéria do Estadão, publicada por ocasião dos 80 anos de criação da USP, informa que, consultando professores, cientistas e escritores:

O inquérito investigou todos os aspectos do ensino no Estado, o primário, secundário, profissionalizante e superior. Para fazê-lo, foi enviado um questionário para dezenas de pessoas envolvidas no ensino. Das doze perguntas, três eram sobre o ensino superior. Elas pediam opinião sobre a 'criação de uma universidade em São Paulo, organizada dentro do espírito universitário moderno' e de que forma uma universidade poderia se tornar uma "instituição orgânica e viva". As respostas foram publicadas no jornal logo que eram recebidas sob o título "A Instrução Pública em S.Paulo". (ENTINI, 2014).

O Inquérito dividiu-se por níveis e ramos do ensino, de acordo com a organização da educação pública na década de 1920. A primeira parte trata do ensino primário e normal, lembrando, aqui, que o ensino normal era voltado em maior medida para a formação de professoras e professores para o ensino primário, por isso serem tratados numa mesma seção do Inquérito. Foram ouvidos sobre ensino primário e normal: Francisco Azzi, Almeida Júnior, Renato Jardim, José Escobar, Sud Menucci e Lourenço Filho. Foram propostas as mesmas 16 questões a cada um deles, sendo a 13<sup>a</sup> sobre formação de professores e a 14<sup>a</sup> sobre a Faculdade de Educação idealizada na reforma de 1920 e modificações propostas à mesma em 1925. (AZEVEDO, 1937, p. 19-21).

A segunda parte do Inquérito trata do ensino técnico e profissional, mantendo a mesma estrutura da primeira. Foram ouvidos: Paulo Pestana, Navarro de Andrade, J. Mello Moraes e Roberto Mange. Foram propostas 17 questões a cada um dos participantes, versando sobre ensino técnico e profissional, na terminologia da época, buscando trazer exemplos internacionais, notadamente europeus, daquele momento, para a reflexão dos entrevistados, além da articulação entre ensino primário e ensino técnico e profissional.

---

<sup>6</sup> As imagens das páginas originais das 34 colunas relativas ao "Inquérito" estão disponibilizadas na matéria citada (ENTINI, 2014), para assinantes ou para pesquisadores mediante autorização do jornal. O texto integral, sem alterações, foi também publicado posteriormente pela tradicional Companhia Editora Nacional (AZEVEDO, 1937), lembrando que a diferença de 11 anos entre a realização do Inquérito e respectiva publicação no Estadão, em 1926, e a publicação do livro corresponde às características da época quanto à tecnologia então disponível para processos editoriais, como referido anteriormente, porém devendo ser lembrado, ao longo de sua leitura, que o texto é de 1926, para que façam sentido boa parte do texto – por exemplo, ao discutir a criação de uma Universidade em São Paulo, que pela época já existia, com o nome de Universidade de São Paulo. O SIBI da UFRJ disponibiliza o texto digitalizado do livro para livre acesso.



Na continuidade do debate, a terceira parte volta-se para o ensino secundário e superior. Observe-se que, embora fossem oferecidos após o ensino primário, os ramos de ensino denominados normal, técnico e profissional, não mantinham relação ou equivalência com o ensino secundário, que era voltado para a preparação para o ensino superior, com o qual foi tratado conjuntamente no Inquérito. Para essa parte foram ouvidos: Ruy de Paula Souza, Mario de Souza Lima, Amadeu Amaral, Ovídio Pires de Campos, Raul Briquet, Theodoro Ramos, Arthur Neiva.

Se a iniciativa do Inquérito serviu para seu realizador, Fernando de Azevedo<sup>7</sup> como um despertar para os temas da política educacional e das tendências na escola e no ensino, em todos os seus níveis, era outra a situação para Júlio de Mesquita Filho, que foi quem tomou a iniciativa.

Fernando de Azevedo atuava já havia alguns anos no Estado de São Paulo, mas suas áreas de trabalho eram a educação física e a crítica literária (PILETTI, 1994), daí a necessidade de buscar subsídios e mesmo formação para a tarefa que Mesquita Filho lhe atribuíra. Este, por sua vez, vinha da tradição do jornal de sua família, com alto grau de envolvimento na política de então. MORAES (1994), em estudo sobre o Inquérito, aborda esse envolvimento, inclusive com participação intensa na política partidária e nos intrincados embates no interior de partidos de então. Nesses embates, o tema da educação ocupava lugar de destaque, especialmente no sentido de compreenderem, aqueles ativistas, que dela dependia o que chamavam de “reconstrução nacional”. Em abordagem aprofundada em sua tese, Cardoso (1982) estudou essa mobilização do jornal e, mais ainda, de seus aliados, em torno da “Comunhão Paulista”, indicando o quanto atuaram para que fosse possível chegar à criação da Universidade de São Paulo, ressaltando como lá estiveram presentes as marcas do pensamento político e acadêmico daquele grupo.

Foi em meio, e como parte, desse ambiente de mobilização e debate que foi gestado e dado a público um dos documentos mais relevantes da educação brasileira, qual seja, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Como no caso do Inquérito, o Manifesto, como patrimônio nacional da educação, que é, tem sido alvo de diversos e competentes estudos, não sendo aqui o foco da análise. Mas é indispensável citá-lo, pois se encontra nas raízes da FEUSP, pela participação de Fernando de Azevedo e, da mesma forma, por vincular-se ao Inquérito.

---

<sup>7</sup> A respeito, com base em estudo documental, afirma Nelson Piletti (1994, p. 87-88): “Por ocasião do inquérito de 1926, seu organizador reconhece que pouco ou nada entendia da matéria (...). Por isso mesmo, seu primeiro trabalho foi ler tudo o que se escrevia sobre o assunto, particularmente sobre as novas tendências da educação”.



A articulação dos dois documentos faz-se evidentemente, mas não só, em torno de Fernando de Azevedo, que muito se empenhou pela criação da USP, fato que além de ser objeto de inúmeras publicações, integra artigos-testemunhos de grandes mestres e mestras do porte de Antonio Cândido (SOUZA, 1994) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (QUEIROZ, 1994). A historiografia registra que, após a repercussão que teve o Inquérito, Fernando de Azevedo conquistou grande destaque, contando com reflexão acumulada que o alentado material obtido junto a personalidades e autoridades dos diversos níveis e ramos da educação. Foi chamado, assim, em 1927, a assumir a Diretoria Geral da Instrução Pública do Distrito Federal (então, Rio de Janeiro), quando pôde colocar em prática as ideias, ideais, princípios e valores debatidos no Inquérito.

Em interessante artigo que traça relações entre Carneiro Leão e Fernando de Azevedo, PAULILLO (2013) tanto menciona e analisa diversos autores e autoras que se dedicaram a estudar tanto o Inquérito, quanto o Manifesto, quanto procura depreender novas análises no que denomina “de tipo mais microscópico” (PAULILLO, 2013, p. 47). Como se observa, esse autor procura explorar ainda mais as destacadas e relevantes obras de CAPELATO & PRADO (1982) e de CARDOSO (1982), anteriormente aqui citadas, especialmente no que se refere à relevância do trabalho de Fernando de Azevedo no jornal O Estado de S. Paulo, como se vê a seguir:

O convite para dirigir a Instrução Pública da capital viria em janeiro do ano seguinte, de acordo com o que se sabe, por indicação de Renato Jardim, um dos entrevistados no inquérito. Fernando de Azevedo reconheceu que O Estado de S. Paulo foi a escola onde se preparou para a função: “somente ao ser provido no cargo é que avaliei, em todo o seu alcance, os serviços inestimáveis desse contato a que me forçou a profissão de jornalista, com os fatos e os problemas da educação” (1937, p. XXVI). (PAULILLO, 2013, p. 47).

A partir dessa análise, Paulillo (2013) detalha informações que comprovam a importância do trabalho como jornalista no Estadão, reconhecido em diferentes oportunidades por Azevedo, mas de modo muito particular fica evidenciado o papel que desempenhou o fato de ter sido o responsável pelo Inquérito.

Enquanto continuavam as mobilizações no plano político, envolvendo educadores e intelectuais, a situação que se criava com o Governo Provisório de Getúlio Vargas, em 1931, provocava novos posicionamentos, mais incisivos. Foi um momento de embates que antecipavam o que viria, posteriormente, com a ditadura varguista. Além da clássica obra de CURY (1979), referência no debate sobre o período, é preciso destacar importante artigo de CARVALHO (1994), que analisa Fernando de Azevedo em seu posicionamento como “pioneiro da educação nova” e responsável pela redação do Manifesto de 1932. Nesse trabalho,



encontram-se ponderações que reposicionam tanto o apoio entre aliados de Fernando de Azevedo quanto conflitos havidos com seus opositores. Em especial, destaca aquela autora que “ajustes” incorporados por Azevedo em seu livro *A Cultura Brasileira*, ao tratar do período, acabaram por dar aparência de homogeneidade e harmonia, onde havia conflito e posições diversas.

Para o que é aqui abordado, vale frisar que, ao ser escolhido como responsável pela redação, ou como relator, do Manifesto, pelo grupo que decidiu por fazer e assinar o documento, essa indicação representou liderança, respeito por seus posicionamentos e por sua atuação, em especial como reformador da educação no Distrito Federal - DF. Como mencionado, Fernando de Azevedo foi nomeado para a Diretoria da Instrução Pública do DF pela repercussão do Inquérito realizado e publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. É importante ser traçada essa relação, porque traz, por intermédio da atuação de Fernando de Azevedo, a presença do Estadão e das ideias de política educacional que o jornal defendia, dentre as quais, a criação de uma universidade em São Paulo e de uma faculdade de educação.

Um olhar atento às diferentes publicações das obras de Azevedo, como o realizado por Silva, Vidal e Abdala (2020), possibilitam reiterar o grau de relação do jornal *O Estado de S. Paulo* com as questões educacionais, como em relação à publicação dos resultados do Inquérito, de 1927, como livro, em 1937, ou seja, apenas 10 anos depois, como anteriormente mencionado. Lembram os autores que, ao se aproximar o que seria a eleição para presidente da República, em 1938, que não ocorreu em razão do golpe de Getúlio Vargas; era, então, um dos candidatos o Armando de Salles Oliveira, líder do Partido Constitucionalista, e, como se sabe, redator do Estadão como sociedade anônima, interventor e depois governador do Estado de São Paulo. Nesse sentido, a publicação tardia teria representado, na interpretação dos citados autores, “lançar uma plataforma política” ligada ao candidato (SILVA; VIDAL; ABDALA, 2020, p. 62). Além disso, “reafirmava a intimidade de Azevedo com as questões educativas e reiterava o compromisso do jornal *O Estado de S. Paulo* com o debate sobre a educação nacional”. (SILVA; VIDAL; ABDALA, 2020, p. 62). O vínculo do jornal com o candidato opositor a Getúlio e ao Estado Novo, mais manifestações em favor da liberdade e imprensa, levou a um período significativo ao longo da ditadura varguista, a partir de 1940, de intervenção no Estadão, que marcou sua história. Para Fernando de Azevedo, foi tempo de dedicação à cátedra que ocupava na recém-criada USP, na “Secção de Educação”, continuidade do Instituto de Educação que acabava de ter sido incorporado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, como já mencionado; nessa época, Azevedo contou, por exemplo, com Florestan Fernandes como assistente, como lembra MORAES (2020).



Essa referência mútua entre Azevedo e o Estadão, é um tipo de relação que o jornal acabou por repetir com outros uspianos ao término da intervenção censória em 1945, que coincide com a promulgação da Constituição Federal de 1946. A partir de indicações que recebeu de seu filho Júlio Mesquita Neto e de seu sobrinho Rui Mesquita, que eram estudantes da FFCL, Júlio Mesquita Filho entrou em contato com Laerte Ramos de Carvalho, igualmente da área da Educação, como Fernando de Azevedo. Ainda jovem, aquele professor já ocupava a Cadeira de História e Filosofia da Educação e chefiava, naquele momento, o Departamento de Educação da FFCL, quando foi convidado pelo Estadão, em 1946, a atuar como colaborador. Em tese dedicada ao estudo de Carvalho, com foco em sua atuação naquele jornal no período entre os anos 1940 e 1960, Bontempi Jr. (2001) explicita o interesse do jornal em “rejuvenescer” sua atuação em defesa da escola pública, especialmente tendo em vista a determinação da recém promulgada Constituição de ser a União responsável pelas diretrizes e bases da educação nacional, o que sinalizava a elaboração e promulgação – e portanto os respectivos embates políticos – de uma lei que tratasse de tão importante tema.

Em breve retornarei a esse tema. Mas, antes, é relevante lembrar como o jornal O Estado de S. Paulo empenhou-se em ser um órgão de imprensa caracterizado pela atuação de intelectuais. Bontempi Jr. (2001) sistematiza informações sobre as atuações de docentes da USP que colaboravam regularmente com o Estadão, como era do conhecimento de estudantes e docentes, então. Nomes como Décio de Almeida Prado, Lourival de Almeida Machado, além dos professores franceses que haviam chegado com a missão de implantar a FFCL, como Levy-Strauss, Roger Bastide e Paul Arbousse-Bastide, nomes indicados e convidados por Júlio Mesquita Filho, a pedido do então governador de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, ainda quando da criação da USP, em 1934. Além disso, Antonio Cândido foi o responsável pela criação e, por muitos anos, o editor do célebre Suplemento Literário, do Estadão.

Frente aos dados que levantara, Bontempi Jr. (2001) aponta uma relação peculiar:

Isso faz da relação entre OESP e FFCL-USP um jogo de espelhos, em que se reitera a excelência daquela instituição universitária, ao mesmo tempo em que os seus intelectuais, figurando nas tradicionais páginas do jornal, adquirem a visibilidade e a legitimidade que o próprio jornal conquistou ao longo de sua história. (BONTEMPI JR., 2001, p. 144).

Se é fato que a expressão “jogo de espelhos” dá conta de uma (notável) parte da relação, entendo que há aspectos políticos de relevância que vão além da legitimidade mencionadas na citação. Evidentemente o jornal apoiava aqueles que se identificavam com seu ideário, expresso na linha editorial, porém de mais longo alcance. Ao mesmo tempo, fazendo parte da instituição que se tornou ao longo da história o Estadão, integrando o já instituído,



esses intelectuais representavam também o instituinte (CASTORIADIS, 1982), participando da elaboração desse ideário, ao mesmo tempo que eram respaldados politicamente em sua atuação pública, sempre que se apresentava a situação.

Com Fernando de Azevedo essa dinâmica fica evidente nas repercussões: se houve o prestígio (ou visibilidade) e legitimidade pessoais para ele, que acabaram por levá-lo a assumir postos destacados na educação pública, as repercussões históricas desse apoio, não apenas nos feitos durante o exercício à frente desses postos, mas também no avanço do próprio campo educacional, são evidentes. Azevedo ter sido escolhido, entre pares, como relator do Manifesto é uma dessas situações. A criação da USP, com o destaque dado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e, nela, à questão do ensino e do magistério, com a criação e posterior incorporação do Instituto de Educação a ela como Secção e depois Departamento de Educação (e posteriormente, Faculdade de Educação, independente), é outro exemplo.

É nessa direção que o chamado que Júlio Mesquita Filho fez, para colaborar com o jornal, a Laerte Ramos de Carvalho e, depois, a Roque Spencer Maciel de Barros, que era, na época, seu assistente na Cadeira de História e Filosofia da Educação, deixou marcas na história da FEUSP e na educação brasileira, que talvez possam ser caracterizadas como diversas e contraditórias, tão duradouras que muitas delas viriam a ser, posteriormente, depositadas na Faculdade de Educação, a partir de sua criação.

## **UM IMENSO CANTEIRO DE OBRAS**

Tratarei agora de dois acontecimentos no campo educacional, ocorridos no período entre 1950 e 1968, com recorte determinado pelo eixo deste trabalho, qual seja, a história pregressa e das primeiras três décadas da Faculdade de Educação, para compreender os complexos e contraditórios antecedentes dessa instituição. Ao mesmo tempo, o presente item dá continuidade e amplia a análise da presença do jornal O Estado de São Paulo nessa história. São eventos que antecederam a reforma da USP, aquela que conduziu a elaboração de seu Estatuto de 1969 e, como parte desse processo, a criação da FEUSP em dezembro do mesmo ano, com o início de funcionamento em janeiro de 1970. O ponto central desse período – em si um acontecimento, que, para tratar especificamente, extrapolaria os limites deste artigo – é a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Dentre as disputas públicas que precederam a promulgação dessa lei, será lembrada como primeiro acontecimento, para os fins deste estudo, a Campanha em Defesa da Escola Pública. O segundo acontecimento a abordar é a Reforma Universitária de 1968.



Vale lembrar, preliminarmente, que o longo e conturbado processo de elaboração da Lei nº 4.024/61 se inicia assim que é promulgada a Constituição Federal de 1946, com a Assembleia Constituinte realizada imediatamente após a ditadura estadonovista. Significativamente, sua promulgação antecede apenas em pouco mais de dois anos o golpe de 31 de março de 1964.

Antonio Cândido, ao analisar a obra *A Cultura Brasileira*, de Fernando de Azevedo (1943), explora a questão da estrutura do livro, no qual a educação aparece como a última de três partes, o que se compõe como um trecho um pouco longo, mas necessário citar:

[...] Antes de Fernando de Azevedo, e creio que também depois, não houve outra tentativa equivalente de conceber deste modo o sentido da cultura brasileira. Em vez de tratar a educação como um dos setores desta, em vez de estudá-la do ponto de vista específico, isto é, pedagógico, ele a concebe como coroamento e ângulo privilegiado para compreender a cultura de seu país. Com efeito, não se trata de uma história expositiva da educação, mas de vê-la como parte orgânica da sociedade e da cultura, capaz de servir de ponto de apoio para interpretá-las de maneira mais profunda. (...) Vista dessa maneira a educação aparece na história social do Brasil com uma força explicativa que ninguém tinha percebido antes e dá significado novo aos fatos do ensino. (SOUZA, 1994, p. 13).

A percepção que Antonio Cândido oferece do modo de pensar de Azevedo sobre a educação, incita a buscar, para as duas décadas da história da educação de que trata este item, *mutatis mutandis*, metáfora utilizada por Vovelle (1989). Nesse texto, apresentado no 7º Congresso Internacional das Luzes, em Budapeste, o historiador francês, convidado a tratar da questão referente aos ecos da Revolução Francesa, identifica a tarefa a ingressar em “um imenso canteiro de obras” como é a Revolução Francesa (p. 25) tão amplo que pode ser considerado como sendo composto por “canteiros bem balizados” (p. 31).

Bem compreendido, o parecer de Antonio Cândido sobre o papel da educação no contexto nacional como vislumbrado a partir da obra de Fernando de Azevedo, ou seja, como uma força explicativa para o estudo da história social do Brasil, é crucial estudar a educação no período no período mencionado, no centro do qual se deu o Golpe civil-militar de 1964, desse que se configura, efetivamente, como um imenso canteiro de obras.

O período proposto se inicia em 1946, com um dispositivo que trouxe grande expectativa positiva em nível nacional, quando se determinou, entre as atribuições da União, de modo até então inédito, legislar sobre “diretrizes e bases da educação nacional” (BRASIL, 1946, Art. 5º, XV, d). Com a promulgação da Lei nº 4.024, em 20 de dezembro de 1961, conhecida como “LDB”, foi atendido o dispositivo constitucional, mas não o foi aquela boa expectativa. Ao contrário, era grande a frustração de quem apoiava fortemente a escola pública.



Voltando a Vovelle (1989, p. 39), em determinado ponto de sua exposição afirma que se trata de “imenso canteiro que nós não tentaremos prospectar”, como modo de encaminhar o que antes afirmara: “A bem dizer, a diversidade das contribuições propostas deixa incontestavelmente a impressão de um canteiro amplamente aberto (...). Sendo, antes, em termos de problemas ou de programas de balanço, que convém apresentar esta exposição.” (VOVELLE, 1989, p. 26).

A situação em relação a esse período, tanto prévio à promulgação da Lei nº 4.024/61, assim como as disputas políticas durante a tramitação dos projetos de lei que nela resultaram, como não menos a Reforma Universitária de 1968, guardam relação com a afirmação citada de Vovelle, no sentido de haver grande número de obras já publicadas, como artigos, dissertações, teses, livros, dentro de “canteiros bem balizados”, tantas que seria imprudente citar, tão conhecidos que são uma boa parte delas. De modo que aqui se trata mais de levantar algumas questões que possam colaborar para encontrar novos problemas que possam sugerir novas possíveis vertentes de estudo, ao mirar o tema das origens da FEUSP. Estariam localizadas parte dessas origens nesse amplo e ainda aberto canteiro de obras? Acredito que sim.

O item anterior do presente artigo havia se encerrado informando o momento em que o professor Laerte Ramos de Carvalho passou a integrar os quadros de analistas e editorialistas do jornal O Estado de São Paulo, em 1946, levando consigo, em 1948, o professor Roque Spencer Maciel de Barros, seu assistente na Cadeira de História e Filosofia da Educação. Sucede que, sendo considerada procedente a análise de Bontempi Jr. (2001) quanto à intenção do Estadão de garantir um acompanhamento modernizado, qualificado e influente sobre o processo, que viria, de elaboração de uma lei que atendesse o dispositivo constitucional relativo às diretrizes e bases da educação nacional como atribuição da União, torna-se possível identificar uma ação proativa do jornal.

Décadas acumuladas, praticamente desde a fundação do Estadão ainda no Império, e muito intensamente após a proclamação da República, demonstraram como o jornal desenvolveu uma política própria, que os primórdios do regime republicano facilitaram que viesse a tomar modos de partido político (MORAES, 1994; FISCHMANN, 1982), com propostas dirigidas à educação pública em seus diversos níveis, bem como seu posicionamento explícito de apoio efetivo à USP e seu papel como formadora do magistério, também para os diversos níveis de ensino.

Mais que apoio, por meio da atuação de Fernando de Azevedo na realização do Inquérito de 1926 e, depois, como redator/relator do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, a pedido de seus signatários, O Estado de S. Paulo garantiu forte presença e influência,



tanto na definição de um tipo de “agenda” para a educação pública, como mais ainda, uma situação de hegemonia nos ideais, princípios e valores que caracterizaram aquelas iniciativas.

Se ao término da ditadura varguista, a Constituição Federal de 1946 de certa forma ecoava o Manifesto, e portanto o Inquérito, os novos tempos indicavam uma nova configuração quanto a partidos políticos, assim como novos embates e conflitos na educação pública que, se haviam estado latentes, tenderiam a eclodir em disputas pela hegemonia a partir dali. O caso da defesa da laicidade da escola pública é um exemplo. Se esse princípio vinha claramente proposto desde o Manifesto de 1932, sua defesa e sustentação, durante o longo processo que resultou na Lei nº 4.024/61, encontrou oposição mais alerta, articulada e efetiva na conquista de apoios políticos – que, logo depois, se mostraram mais amplos e profundos que a aprovação de uma lei para a educação nacional. Mas não convém deter-me em um dos “canteiros” mais bem balizados do amplo canteiro desse período de profunda repercussão, a que tanto tenho me dedicado, para não abandonar o tema aqui tratado, qual seja, a FEUSP.

O primeiro acontecimento que indico, a Campanha em Defesa da Escola Pública, ocorreu em meio a ampla mobilização de acadêmicos e liberais, de caráter plural no sentido filosófico e político. Embora não limitado ali, bem ao contrário, o núcleo irradiador da Campanha era a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, envolvendo diversos departamentos, com declarado e irrestrito apoio do jornal O Estado de S. Paulo.

De fato, foi o Estadão que publicou, em sua edição de 1º de julho de 1959: o “Manifesto dos Educadores – Mais uma vez convocados: Manifesto ao povo e ao governo” (AZEVEDO *et alii*, 1959). Republicado em diversos órgãos de imprensa e espalhado pelo Brasil, deu início à Campanha em Defesa da Escola Pública, que tanto envolveu a USP.

Herdeiro direto de 1932, o Manifesto de 1959 contou com todos os signatários do primeiro manifesto que se encontravam vivos, recebendo um acréscimo significativo de adesões dentre acadêmicos e intelectuais já notáveis e que mais ainda se destacariam no decorrer das décadas vindouras. Nos últimos anos da década de 1950, o suceder de substitutivos conflituos entre si, propostos pelo deputado federal pela UDN Carlos Lacerda, ao projeto de lei apresentado por Clemente Mariani em 1948, até então engavetado no Congresso Nacional por Gustavo Capanema, indicou importantes ameaças à escola pública (VILLALOBOS, 1969).

Dentre os 161 signatários, além dos pioneiros da Educação Nova renovarem seu compromisso com a escola pública já assentado em 1932, como mencionado, nomes como Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré, Roberto Cardoso de Oliveira, Eurípedes Simões de Paula, Antonio Cândido de Mello e Souza, Álvaro Vieira Pinto, Fernando Henrique Cardoso, Aziz Simão, Cesar Lattes, Ruth Corrêa Leite Cardoso, Miguel



Reale, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Oracy Nogueira, Perseu Abramo, Darci Ribeiro, entre outros. Especificamente do campo educacional, notadamente do Departamento de Educação da FFCL-USP: Maria José Garcia Werebe, Joel Martins, Carlos Corrêa Mascaro, Moisés Brejon, Ofelia Boisson, Laerte Ramos de Carvalho, entre outros.

Como se observa, os nomes indicam a pluralidade dos signatários, fosse em termos de áreas de atuação universitária, fosse em termos de posicionamento político. Nesse sentido, é um efetivamente marco histórico na defesa da escola pública como direito, especialmente com os princípios ali defendidos: gratuita, para todos e todas, única, integral, laica.

No que tange ao tema aqui desenvolvido, além do fato de Júlio Mesquita Filho ser signatário dos dois manifestos, indicando o grau de engajamento na causa, o Estadão dedicou grande atenção em páginas e páginas de muitas edições, não apenas na divulgação do Manifesto de 1959, quando especialmente do que o sucedeu, qual seja, a Campanha em Defesa da Escola Pública.

Relatos, no início dos anos 1970, em sala de aula da FEUSP, de docentes que participaram da Campanha, demonstravam o entusiasmo que ainda sentiam em relação a um movimento que os e as levava pelo Brasil, nos mais diversos rincões, para além do meio acadêmico que lhes era habitual, para seguirem em direção ao trabalhador do campo, a populações interioranas, sindicatos, grêmios estudantis e, evidentemente, no meio político. Os “causos” que narravam traziam, muitas vezes, as dificuldades que haviam sentido quanto à linguagem apropriada para cada meio cultural, desacostumados que estavam, muitos deles, a expor ideias e reflexões fora do meio acadêmico. Se esse era o sentido de se tratar de uma “campanha”, de expandir a audiência, ao mesmo tempo trouxe para muitos, como relatavam, a percepção da relevância de utilizar linguagem acessível como questão ética e como cuidado para repercutir uma mensagem que, se era nascida no meio acadêmico como proposta, dizia respeito para muito além dali.

A volumosa, diversificada e relevante produção de escritos vinculada à Campanha em Defesa da Escola Pública e publicada no jornal O Estado de S. Paulo, como debate, divulgação e formação de opinião pública, foi organizada, em uma coletânea, por Roque Spencer Maciel de Barros, que atuava, então, no jornal, como colaborador e editorialista, ao mesmo tempo que era, então, o professor livre docente da Cadeira de História e Filosofia da Educação, da FFCL, da qual Laerte Ramos de Carvalho era catedrático, além de igualmente colaborador do Estadão, fatos esses já mencionados.

A mencionada coletânea (BARROS, 1960) constitui material de consulta obrigatória para se compreender tão relevante acontecimento, que não permite simplificações. Há, entre



outros autores, artigos de opinião de Florestan Fernandes, marcados por fundamentação vigorosa em defesa da escola pública. Reitero, com isso, a análise da professora Carmen Silvia Vidigal Moraes (2020), em artigo já citado, sobre a afiliação acadêmica do professor Florestan também à área da Educação, não apenas da Sociologia. Além de ter sido assistente de Fernando de Azevedo na Cadeira de Sociologia da Educação, antes de atuar como assistente de Roger Bastide, na Cadeira de Sociologia, que veio a assumir quando do retorno daquele professor para a França, o grau de envolvimento que tinha na questão educacional, embora tivesse compromisso político marcante, apresentava vigor e força que eram sobretudo resultados de sua produção acadêmica no campo.

Ainda para tratar da relação da FFCL com o Estadão, plenamente assumindo a diversidade de participantes da Campanha em Defesa da Escola Pública, o Anexo 1 apresenta imagem de matéria divulgada em O Estado de S. Paulo no dia 6 de junho de 1961, intitulada “Reafirmação de princípios em favor da Escola Pública”, dando conta da II Convenção Estadual de Defesa da Escola Pública, reunindo docentes de ensino superior e do secundário, além de estudantes e outros participantes. Para demonstrar o que é aqui sustentado, ressalto que, em meio ao rico material ali disponível para outras análises, é dado grande destaque à intervenção oral do professor Florestan Fernandes, o primeiro a falar, complementando com a menção, como “principais oradores”, às falas de Laerte Ramos de Carvalho e de Roque Spencer Maciel de Barros. Concomitantemente, há uma foto que, embora escurecida pela transição entre o arquivo escrito e o digital do jornal, ao qual tive acesso pela Internet, permite o acesso a sua legenda: “No Sindicato dos Metalúrgicos, o professor Roque Spencer Maciel de Barros discorre sobre o substitutivo apresentado no projeto de Diretrizes e Bases da Educação pela Comissão Estadual de Defesa da Escola Pública” (OESP, 1961, p. 24).

Assim, essas vivências em prol da escola pública aparentemente fortaleciam a atuação da USP por intermédio de seus e suas docentes, em diversos graus da carreira e diferentes posicionamentos políticos, porém unidos pelos princípios que compartilhavam em relação à escola pública. Nesse momento, os dois docentes vinculados à Cadeira de História e Filosofia da Educação e ao Departamento de Educação da FFCL viviam o apoio que anteriormente foi mencionado, participando da elaboração do ideário do Estadão, ao mesmo tempo que eram respaldados politicamente em sua atuação pública.

Contudo, tempos menos propícios à ação coletiva vieram muito breve. Comparando com o tempo de lastro que fora dado pelo Manifesto de 1932 para chegarem a uma articulação mais forte e mais ampla em 1959, foi rápida a mudança quanto a posicionamentos e atitudes. O jornal O Estado de S. Paulo, em sua matéria de capa de 1º de abril de 1964 declara seu completo



apoio ao que denominou “movimento de 31 de março”, reiterado posteriormente no “resumo histórico” feito para acesso a seu arquivo, nos seguintes termos:

Editorialmente o jornal sempre manteve sua linha de apoio à democracia representativa e à economia de livre-mercado. Em 1964, "O Estado" apoiou o movimento militar que depôs o presidente João Goulart ao constatar que o mesmo já não tinha autoridade para governar. No entanto, entendia que a intervenção militar deveria ser transitória. Quando se evidenciava que os radicais de extrema direita aumentavam sua influência, objetivando a perpetuação dos militares no poder, O Estado retirou seu apoio e passou a fazer oposição. (PONTES, s/data).

Nesse contexto, em que o Golpe civil-militar de 1964 caminhava célere para o recrudescimento, tempos ainda mais complexos chegaram. No âmbito dos movimentos que se realizam no interior das universidades por todo o Brasil, naqueles anos após o golpe civil-militar, em uma crise sem precedentes, os dois docentes do Departamento de Educação da FFCL envolvidos com o jornal, assumem posicionamentos que, se tinham sua decisão individual como base, contaram com o apoio do Estadão para seu desempenho, assim como de alguns quadros docentes da USP, alinhados com esse posicionamento que não era à direita, simplesmente, mas que demonstrava aceitação dos descaminhos do golpe.

Primeiramente, foi Laerte Ramos de Carvalho que decidiu, em 1965, quando era Diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo – CRPE-SP<sup>8</sup>, centro associado à FFCL, aceitar o convite para assumir a reitoria da Universidade de Brasília, em meio a grande crise que vivia a instituição. Anísio Teixeira deixara a reitoria da universidade que criara e, logo depois, Zeferino Vaz, ambos justificando a decisão com base nas intervenções que a UnB havia sofrido pelo governo militar, em represália e repressão ao movimento docente e estudantil. Quando Carvalho assume, indicado por Zeferino Vaz, segundo informam algumas fontes, havia se alinhado ao Golpe de 1964, passa a receber críticas que, naquele momento, seriam inevitáveis. Embora o fizesse com apoio do jornal, esse suporte pouco poderia fazer nos embates do cotidiano de uma instituição em crise, vivendo em meio a um país igualmente em crise. Em 1967 retorna para o CRPE-SP, sendo esse espaço de dois anos ainda carente de estudos. Os que lhe eram próximos, dizem que efetivamente considerou que haveria algo a fazer na e pela UnB, mesmo considerando a escalada que vivia a crise política por que passava o Brasil, debaixo de uma ditadura que sinalizava com a intensificação do autoritarismo e da repressão. Teria havido essa percepção por parte desse acadêmico e do grupo que liderava na FFCL?

---

<sup>8</sup> Este artigo menciona alguns temas que podem ser encontrados em artigos de outros autores neste próprio dossiê, por isso não se faz necessário tratá-los. É o caso do CRPE-SP.



O que se registra, contudo, é que, logo depois do retorno do professor Laerte à USP, em julho de 1968 foi a vez de Roque Spencer Maciel de Barros aceitar um convite controverso.

Ocorre que, em relação à organização do ensino público, apesar das frustrações que a aprovação da Lei nº 4.024/61 representou, havia ainda um argumento que destacava que, pela primeira vez na história da educação brasileira, havia uma lei para tratar de todos os níveis e ramos do ensino, de modo integrado, rompendo com o que se considerava uma imensa colcha de retalhos, com sucessivas reformas dos diferentes níveis e ramos de ensino, realizadas de modo desorganizado, além de caracterizarem-se, com frequência, por curta duração, sendo efêmeras e gerando descontinuidade na estruturação da educação pública. Após muitos embates sociais e políticos, havia o entendimento de que se atingira, após 460 anos de história pátria, pelo menos a possibilidade de alcançar essa abordagem legal integrada da educação nacional.

Contudo, decorridos apenas 7 anos da promulgação da LDB, frente a pressões e críticas diversas, notadamente de parte do movimento estudantil, com ênfase nos processos decisórios na universidade e no próprio modo de ingresso, por meio de vestibulares eliminatórios, e a conseqüente crise dos excedentes, como foi denominada (FREITAG, 1977), o governo militar decidiu promover reforma do ensino superior, em busca de controlar a situação.

Semelhante decisão resultou na criação, pelo Decreto nº 62.937/68, do Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária, a que foi atribuída a tarefa de realizar um relatório e apresentar uma proposta em um mês. Foi o convite para integrar esse Grupo de Trabalho, então, que Barros aceitou, em julho de 1968. Foram nomeados por Costa e Silva como integrantes do grupo: António Moreira Couceiro (professor), Fernando Bastos de Ávila (padre), João Lyra Filho (reitor), João Paulo dos Reis Velloso (ministro), Fernando Ribeiro do Val (ministro), Roque Spencer Maciel de Barros (professor), Newton Sucupira (professor) e Valnir Chagas (professor).

De fato, desse trabalho resultou no projeto de lei apresentado ao Congresso Nacional pelo Executivo, no contexto da ditadura civil-militar, que deu origem à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, a Lei da Reforma Universitária, que teve duração por mais quase 30 anos, até a promulgação da Lei nº 9394/96.

Mais uma vez estava, portanto, cindida a estrutura da educação brasileira, não apenas em termos de sua prática, como também, e especialmente, em termos de sua estruturação legal, em seus diferentes níveis e ramos. Os acontecimentos amplamente conhecidos que a sucederam imediatamente, marcaram de modo indelével a Reforma Universitária, em termos do recrudescimento do autoritarismo e da repressão, quando, compondo com outros fatores,



desembocou no período mais terrível da ditadura iniciada em 1964, e constituindo, na prática, o que foi denominado “um golpe dentro do golpe”.

O Anexo 2 apresenta imagem da página e, a seguir, da nota específica em publicação do jornal O Estado de S. Paulo de 11 de agosto de 1968, com a afirmação do jornal que a Reforma Universitária seria o caminho para resolver a crise universitária e a, invocando o apoio do povo à repressão ao movimento estudantil, “sem resvalar para o terreno das violências exageradas e desnecessárias”.

Com relação ao jornal, quatro meses depois de mais esse apoio ao governo militar, em 13 de dezembro de 1968 o Estadão foi impedido de circular por ordem censória da ditadura militar, como reação ao editorial "Instituições em frangalhos" escrito por Júlio de Mesquita Filho, motivado pela edição do Ato Institucional nº 5, que instituiu definitivamente o arbítrio e a violência institucional no País.

Até porque é importante lembrar que censura à imprensa foi institucionalizada ao ponto de diversos veículos praticarem a autocensura, além da presença pessoal ininterrupta, que se tornou usual, de censores nas redações dos jornais, muito diferentes das redações que se têm atualmente, com a informatização das mídias em geral e também dos jornais. O Estadão e seu irmão mais jovem, então, O Jornal da Tarde, especialmente entre os anos de 1972 e 1975, consolidou um modo de dialogar com os leitores, alertando para o que havia sofrido em cada edição, por meio da decisão de publicar, nos espaços em que saíam as matérias censuradas, os versos de Os Lusíadas, de Camões, bem como de receitas de culinária<sup>9</sup>.

Esse aspecto também ainda carece de estudos, qual seja, que avaliação ética e política teria sido feita por Carvalho e Barros com relação a sua participação em episódios promovidos pela ditadura civil-militar, quando o próprio jornal que os apoiava acabou por ser vítima do regime?

No caso de outros participantes do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, por exemplo, Newton Sucupira e Valnir Chagas, permaneceram atuando no governo militar, implantando o sistema de pós-graduação junto à CAPES, com estruturação totalmente vinculada à Lei nº 5.540/68. O reconhecimento público, no caso do primeiro, chegou a ponto de ter seu nome associado à plataforma digital que abriga todos os dados referentes a todos os programas de cursos de pós-graduação de todo o Brasil, a Plataforma Sucupira. No caso do professor Laerte, veio a falecer muito cedo, antes mesmo de completar 50 anos de idade,

---

<sup>9</sup> Ver, por exemplo, no Portal do Memorial da Democracia, uma página do jornal com receitas de culinária, a respeito dessa prática do Estadão para denunciar a censura que sofria: <http://memorialdademocracia.com.br/card/noticia-censurada-da-lugar-a-camoes>.



sofrendo um infarto do miocárdio em agosto de 1972. Colegas da FEUSP já falecidos, que viveram os anos de chumbo como docentes, perseguidos e mesmo presos, relatavam, ainda naquele tempo, que o professor Laerte havia atuado no sentido de preservá-los da violência de que o arbítrio se valia. No caso do professor Roque, havia relatos de sua atuação no sentido de impedir que fossem prejudicados colegas, no processo de contratação ou renovação de contrato, por quem atuava, em nome do regime militar, para fazer cortes “preventivos” no interior dos órgãos da Reitoria da USP.

Então, com essas reflexões, chegamos ao momento em que se cria a FEUSP como unidade independente, desagregada da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, como resultado de reforma estatutária e regimental que sofreu a Universidade de São Paulo, para ajustar-se às determinações da Reforma Universitária trazida pela Lei nº 5.540/68. Que herança levou, então, no momento de sua autonomização como unidade da USP?

## **UMA HERANÇA VIGOROSA – E MARCAS DE CONTROVÉRSIA**

Esse longo percurso de quase 50 anos, até o início da Faculdade de Educação como unidade da USP, em janeiro de 1970, refere-se a uma herança vigorosa, composta por marcantes momentos de luta organizada e competente em defesa da escola pública, primeiro qualificativo que vem acompanhado de outros: gratuita, única, laica. Desde o Inquérito de 1926, que começa a ser gestado anos antes de ser efetivado, são as presenças de Júlio Mesquita Filho, o idealizador da iniciativa, e de Fernando de Azevedo, seu realizador, que permitem traçar esse arco histórico em direção à FEUSP. O primeiro, como um dos grandes apoiadores da USP, a ela atribuindo o cuidado acadêmico com a educação no âmbito da pesquisa e da formação docente, com a FFCL como *locus*, ou de uma faculdade de educação, como fora projetada por Sampaio Dória, na Reforma de 1920, de São Paulo (ANTUNHA, 1975). O segundo, como a figura-símbolo do vínculo com o chão da escola, professor que era, não apenas jornalista, e com a pesquisa, por seu empenho em compreender processos educativos e os meandros da organização escolar, especialmente como eram tratados pelas autoridades educacionais.

A repercussão daquele documento, em especial no Manifesto de 1932, repercutiu também na criação da FEUSP como parte constituinte de seus fundamentos, assim como também fundamentou a Campanha em Defesa da Escola Pública, interligada ao Manifesto de 1959, como procurei demonstrar. Contabilizados o tempo de amadurecimento das ideias e debates até chegar ao Inquérito, o tempo anterior à promulgação da Lei nº 4024/61 somam mais de 40 anos, que igualmente consolidam a construção acadêmica histórica da Faculdade de



Educação. Dos outros cerca de 6 anos, sabe-se de contradições e controvérsias, como mencionado, mas são também parte do edifício. Bem feitas as contas, 2021 é mais celebração de centenário, que propriamente de 50 anos.

Os mais de 40 anos de herança vigorosa foram passados sem formalidades, mas de modo efetivo, por exemplo para minha turma de estudantes do curso de Pedagogia, iniciada em 1971. Os cerca de 6 anos de contradições estavam lá também, mas sob forma de silêncio e, não raro, mal-estar impronunciado.

A organização curricular do curso de Pedagogia era marcada no primeiro semestre por possibilidades de convívio no campus, para assistir às aulas. Era menos uma intenção e mais algo que se fizera inevitável pela mudança improvisada, e às pressas, de muitos cursos, que deixaram o prédio histórico da rua Maria Antônia, na Vila Buarque, para a Cidade Universitária, no Butantã. Dos cinco dias da semana, apenas dois eram com docentes da Casa, ministrados às segundas e sextas-feiras, a saber: Filosofia da Educação e História da Educação. Nos demais dias, as aulas eram com docentes de outras unidades da USP: às terças-feiras, inesquecíveis, as aulas de Sociologia Geral, com o professor José de Souza Martins, nos “barracos” da Sociologia, da recém-reformada Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; às quartas-feiras, aulas de Economia com o professor Wladimir Pereira, considerado um dos pioneiros da FEA/USP, desde sua atuação como assistente do Catedrático Paul Hugon, originalmente chamado ao Brasil pela FFCL; às quintas-feiras, aulas de Psicologia da Aprendizagem, com a professora Edda Bomtempo, muito interessada por educação, nos “barracões” do Instituto de Psicologia. Os “barracos”, ou “barracões”, eram precárias construções de madeira, que se apresentavam como a manifestação física do imprevisto resultante da mudança de sede, em direção ao terreno no Butantã que, naquele tempo, já recebera o nome de Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira, em mais uma presença da história na década de 1930 e do jornal O Estado de S. Paulo.

A mudança, dizia a estudantada veterana para a calourada, no melhor modo “boca-ouvido”, havia acontecido para tirar o movimento estudantil do centro da cidade, da possibilidade de literalmente parar o trânsito, de chamar atenção para manifestações e, ao mesmo tempo, dispersar os cursos, e assim, estudantes, pela área extensa do campus no Butantã, dificultando encontros espontâneos, de onde sempre haveria o risco de saírem oportunidades indesejadas pelo regime, de reuniões e articulações políticas, que se encontravam proibidas pelo AI-5 e pelo Decreto-Lei nº 477, de 1969, o correspondente “estudantil” do AI-5. O CRUSP encontrava-se inativo e ao abandono desde 1968.



Do segundo semestre em diante, as disciplinas eram ministradas por docentes da FEUSP, no prédio que ainda trazia, no frontispício, o nome “Centro Regional de Pesquisas Educacionais Professor Queiroz Filho”. É que o prédio, originalmente de propriedade federal, havia sido doado à USP, dentro de um acordo que previa ocupação progressiva e transferência de funcionários/as (federais até então) para a USP, assim como de acervos diversos, como a biblioteca e o centro de documentação. Tudo isso nos era ensinado sempre por alguma voz veterana na FE, o que permitia desvendar um mundo com muitas informações, que não chegavam de modo organizado.

Esse foi o modo também pela qual aprendi o que havia representado o AI-5 com a cassação de professores que não chegara sequer a conhecer, mas que nos faziam falta, de quem sentíamos saudades, mesmo que não houvésemos tido a oportunidade de conhecer aquela gente sábia, que seriam de tanta relevância na nossa formação. Por isso, na revanche possível, buscávamos ler seus trabalhos. Mais ainda, alertava a veteranada, eram pessoas de quem se deveria falar em voz baixa, prestar atenção nos ouvidos que nos escutariam, tudo para não correr mais riscos, que o simplesmente ser estudante da USP já impunha.

Passando à estruturação por habilitações do curso de Pedagogia de então, merece um estudo próprio, em outra ocasião. Registro apenas que, por haver escolhido a habilitação que reunia Administração Escolar e Inspeção Escolar, cargo este que logo depois desapareceu do quadro de especialistas do ensino, como eram chamadas essas funções técnicas, acabei estudando também sociologia das organizações e psicologia das organizações, além de diversos semestres de administração escolar, em diferentes aspectos. Mesmo durante a formação para as habilitações, que ocupava parte dos quatro últimos semestres e parte das horas de estágio, continuava muito forte, na parte comum a todas as habilitações, do currículo, como o fora ao longo de todo o curso, a formação em História da Educação e Filosofia da Educação.

No cotidiano de então, sabia-se da vinculação com o Estadão por parte de alguns docentes mais titulados e mais antigos na instituição, mas esse vínculo não chegava, como informação, em atividades nas salas de aula. Mas havia um fato que acabava chamando a atenção. Um dos filhos da família Mesquita ingressou no mesmo vestibular que eu, o de 1971, mas acabou trancando o curso logo no primeiro semestre, porque servia, então, o Exército, e se percebia que chegava cansado e sonolento para as aulas. Mas retornou pontualmente no ano seguinte, com a turma ingressante de 1972, com mais um segundo filho da família Mesquita que acabara de ser aprovado no vestibular. Ao mesmo tempo, para minha turma, chegou um terceiro jovem da mesma família, transferido de outra universidade, o que podia ser feito no segundo ano do curso, mediante edital que anunciava vagas resultantes de eventuais desistentes.



A partir de 1972, quando o jornal passou a ser censurado diariamente, com o mencionado uso de Camões e das receitas gastronômicas, os jovens da família Mesquita traziam impressas, para entregar em nossas mãos, as matérias censuradas, tudo com o *ex-libris* do jornal, com o que tínhamos, por assim dizer, informações privilegiadas.

Duas situações vividas, no âmbito da herança vigorosa, que me colocaram em contato também com a porção controversa do passado feuspiano, uma no terceiro semestre do curso e outra no quarto semestre, foram fundamentais para mim e acabaram por marcar profundamente meus estudos e posterior vida na pesquisa – e por isso sou grata.

A primeira situação ocorreu, por ser oferecida pela primeira vez na instituição uma disciplina denominada Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus na Pedagogia. Primeira vez, porque vinha em (con)sequência à reforma do ensino vivida pela Lei nº 5.692/71, que havia sido recentemente promulgada e trazia a nova organização escolar e a nova terminologia. O docente responsável era o professor João Gualberto de Carvalho Meneses, que trouxe para a turma uma série de textos sobre a história da educação brasileira, a partir da Colônia, e permitiu conhecer assuntos a que não tínhamos acesso nos demais conteúdos, marcado pela brasilidade.

Por me sentir interessada, acabei buscando na biblioteca um texto que o professor havia indicado como leitura suplementar. Era, de fato, o artigo de abertura de uma publicação mimeografada na oficina gráfica da FEUSP, de Laerte Ramos de Carvalho, que tratava de uma proposta de periodização da história da educação brasileira e que propunha tomar a relação Estado-Igreja como base. Era o primeiro semestre de 1972 e mal eu sabia que ali se iniciava um interesse de estudo que perdura ainda, nos dias atuais. Foi nessa disciplina, também, que pela primeira vez ouvi falar do Manifesto de 1932.

Vinculado a essa situação, tínhamos naquele mesmo momento o primeiro de dois semestres da disciplina Educação Comparada. No período noturno a disciplina era ministrada pela professora Maria Aparecida Bortoletto, que havia atuado como assistente do professor José Querino Ribeiro, na FFCL, quando o mesmo era catedrático da Cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada. Na passagem da cátedra para o departamento, cada porção dessa cadeira foi para um departamento distinto, seguindo o professor Querino e sua assistente, professora Bortoletto, com a Educação Comparada, que se reuniu à Metodologia do Ensino para formar um departamento, enquanto a Administração Escolar ficara com o professor Carlos Corrêa Mascaro e com o professor Moisés Brejon, assistentes de Querino na Cátedra, para liderarem o novo departamento, de Administração Escolar e Economia da Educação, o primeiro como chefe, e o segundo como livre docente.



Já no diurno, na turma que eu frequentava, depois da abertura do curso com uma aula do professor Querino, então Vice-Diretor da FEUSP, quem assumiu a disciplina foi a professora Marta Maria Chagas de Carvalho, jovem docente, que se dispôs a conversar com as estudantes (nesse caso, as interlocutoras éramos todas mulheres) sobre a disciplina ao final do semestre, para fazer uma avaliação do curso e dialogar sobre propostas. Sucede que desse diálogo surgiu a proposta de, no semestre seguinte, o curso abordar comparativamente momentos da educação brasileira. Com isso, no segundo semestre de 1972, tivemos acesso e fizemos a leitura do texto completo do Inquérito, do Manifesto de 1932, do Manifesto de 1959, entre outros documentos, que aprendemos a buscar, ler, analisar e apreciar.

A aula de abertura do semestre daquela disciplina, na primeira semana de agosto de 1972, foi dada pelo professor Laerte, pai da professora Marta, e então diretor da FEUSP, que tratou do tema que tanto me interessara, ou seja, a periodização da educação brasileira a partir da relação Estado-Igreja, abertura muito apropriada para o estudo que se seguiria. Alguns dias depois o professor veio a falecer, o que foi uma vivência complexa para aquele momento. Vale lembrar que, logo depois, a professora Marta Carvalho mudou de departamento dentro da FEUSP, passando a trabalhar na área de História da Educação, como evidentemente era sua vocação como pesquisadora e como docente, uma referência na área. A ela sou grata por essa parte tão relevante de minha formação.

Esses relatos de momentos do curso de Pedagogia procuram mostrar como a herança, aqui mencionada, da FEUSP era tratada de modo sério em sala de aula, tanto no que se referia a procurar oferecer uma formação sólida, desenvolvendo capacidade de pesquisa naquela fase dos estudos. Havia espaço para o debate e para o confronto de ideias, mesmo com os professores mais titulados e mais experientes. O artigo de Moraes (2020) que citei algumas vezes, é excelente também para aqui trazer o papel do professor Celso Beisiegel, que dialogava com quem estivesse interessado em compreender o mundo acadêmico da pesquisa, em especial por sua grande experiência, já naquele momento, mesmo jovem como era então, com trabalhos de campo, sociedades científicas, congressos, e toda a dinâmica que envolve a vida acadêmica. Apresentou-nos a autores como Wright Mills, assim como Luiz Pereira, Marialice Foracchi e Aparecida Joly Gouveia, num programa intenso de leituras e seminários, por dois semestres que valiam por muito mais.

Quanto ao silêncio a que me referi, sobre a parte controversa da herança da FEUSP, era visto com as cores próprias que eram deixadas pelo arbítrio e pela repressão que fazia o pano de fundo permanente do cotidiano universitário. Mas, ao final, era profundamente incômodo – e, compreendi depois, injusto –, perceber que a FEUSP era vista muito mais por



aqueles menos de 10 anos que antecederam sua criação e que se referia a escolhas pessoais de alguns docentes, do que pelos 40 anos da história que haviam conformado o norte da instituição, qual seja, a defesa da escola pública.

Sem dúvida o controverso deixara marcas institucionais a pedir mudanças, o que passou a ocorrer paulatinamente, e ganhou força a partir de meados dos anos 1980, marcado pela atuação coletiva organizada, no que tangia aos aspectos estruturais, e por intensa solidariedade entre o pessoal constituído por jovens docentes, altamente voltados para novas abordagens sobre a educação, bem como relações interdisciplinares que poderiam ser transformadoras. O processo da redemocratização era vivido também internamente na FEUSP.

Parte desse processo guardou relação profunda com a estrutura de poder que havia na USP, como decorrência da reforma estatutária e regimental de 1969. Sendo vinculada à Reforma Universitária trazida pela já citada Lei nº 5.440/68, a composição dos órgãos colegiados da Universidade era marcada por um tipo de economia interna de dar aparência de representação igualitária, supostamente para atender as demandas de 1968 relativas à representação paritária, mas, de fato, garantir o poder decisório nas mãos dos mais titulados. Na prática, para tomar o exemplo da composição da Congregação da FEUSP no início dos anos 1980, a situação era tal que as/os professores assistentes, com título de mestrado<sup>10</sup>, representávamos 75% do quadro docente da Faculdade. Contudo, havia apenas uma vaga para representação da categoria na Congregação. Em 1984, colegas consultaram-me sobre a possibilidade de candidatar-me a essa representação, pois estava próximo o fim do mandato da professora Helena Chamlian, que fizera uma representação da categoria muito correta, digna e efetivamente excelente. Não seria fácil substituí-la, mas aceitei. Resultou que fui a única candidata, eleita com a quase totalidade dos votos, em uma eleição que contou com quase 100% de presença daquele eleitorado.

Estruturamos, coletivamente, um sistema de consulta que permitisse à representação ser efetivamente “representativa”. Naquele momento, como já mencionado, sem aplicativos de comunicação instantânea ou sequer, ainda, com correio eletrônico, dependíamos de telefonemas e conversas pessoais. Tendo em vista o grande número de docentes naquela categoria, três colegas me ampararam diligentemente na tarefa, uma pessoa em cada departamento. Com isso tive o apoio da professora Marília Spósito para articular colegas assistentes-mestres do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação - EDF; do saudoso professor Moacyr Ribeiro do Valle Filho, no Departamento de Metodologia do Ensino e Educação

---

<sup>10</sup> No posterior artigo, já mencionado, complementaré e expandirá essa discussão, tanto da estrutura de poder, como da carreira docente naquela época.



Comparada - EDM; e da professora Maria Cecília Sanchez Teixeira, no Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação - EDA. Foram tempos de muito trabalho, dedicação e conquistas, sobretudo por essa articulação coletiva, que permitia ouvir 75% da Faculdade e pensar, conjuntamente, caminhos.

Se cada departamento havia encontrado, pouco a pouco e muitas vezes de modo conflitivo, formas de lidar com a construção da FEUSP em sua fase como unidade universitária independente, já na sua primeira década, nos anos de 1970, o momento após a Anistia, com o retorno de muitos acadêmicos que haviam sido exilados, e as perspectivas que despontavam, de abertura, agitava corações e mentes com a busca de novos horizontes.

Coletivamente dois seminários institucionais foram realizados simultaneamente em 1985<sup>11</sup>, ao longo do primeiro semestre e não como um evento de tipo congresso, e que viriam a marcar os anos seguintes, de diversas e distintas formas, tendo ambos contado com apoio da FAPESP, tendo eu me envolvido na comissão organizadora de ambos.

Um foi o Seminário de Pesquisas em Educação, para o qual convidamos colegas experientes, com ligação a diferentes abordagens metodológicas e temáticas, vinculados a diferentes universidades, de diferentes estados do Brasil. Além das sessões sempre profícuas, e dele resultar uma publicação, essa iniciativa acabou por facilitar a possibilidade de trazer para a FEUSP colegas como Marli André e Elcie Salzano Mazini, já renomadas naquele momento.

O outro foi o Seminário Itinerante Universidade, Desenvolvimento Social e Econômico e Formação de Professores, que foi proposto como um dos resultados de seminário que celebrou os 15 anos da FEUSP. A proposta de que o seminário ocorresse de forma itinerante, de modo a cada sessão ocorrer em uma diferente unidade da USP que compartilhasse com a FE a responsabilidade pela formação docente, ou seja, do curso de Licenciatura, foi do professor Luiz Carlos de Menezes, em resposta à pergunta que eu fizera, numa das sessões daquele evento celebratório, sobre a necessidade de despertar as unidades da USP envolvidas na Licenciatura que formar professores/as não era um apêndice de um curso de bacharelado, mas uma responsabilidade compartilhada. Menezes e eu organizamos a primeira proposta daquele seminário como idealizadores, convidei a seguir a professora Hercília T. de Miranda, então representante dos professores/as assistentes doutores/as na Congregação, juntando-se a nós, posteriormente, a professora Denise Barbara Catani.

---

<sup>11</sup> Desse momento, há a destacar a presença do professor Antonio Carlos Coelho Campino como diretor da FEUSP, oferecendo amplo e irrestrito apoio a todas as realizações. Contudo, por ser efetivamente um tema à parte, ficará para o próximo artigo que complementar o atual.



A circunstância de Menezes, além de ser docente do Instituto de Física, compondo o grupo daquela unidade que desenvolvia pesquisas e formação de pesquisadores em Ensino de Física desde os anos 1970, também participar ativamente do então recém criado Partido dos Trabalhadores desde sua fundação, facilitou contatos com parte dos nomes, o apoio pessoal e institucional do professor Antonio Carlos Coelho Campino, então diretor da FEUSP (para ambos os seminários, aliás), e o empenho nos convites feitos pessoalmente, cara a cara, permitiu que a maior parte dos nomes que pensáramos pudesse juntar-se à iniciativa, em sessões distribuídas por diferentes unidades da USP ao longo do semestre, que sempre resultaram em “casa cheia”. Hercília tinha contatos com a Folha de S.Paulo e conseguiu que o jornal desse cobertura às atividades do seminário. Foi memorável, com a presença de Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Perseu Abramo, Paul Singer, Roberto Romano Luiz Eduardo Vanderley, Cecilia Guaraná, José Mario Pires Azanha, entre outros.

Do seminário resultou o livro *Universidade, Escola e Formação de Professores*, publicado pela Editora Brasiliense, o que se tornou também parte daquele que acabou por se constituir em um verdadeiro movimento de debates sobre as licenciaturas. De fato, Hercília era amiga pessoal do saudoso Caio Graco Prado, filho de Caio Prado e editor da Brasiliense, que se entusiasmou pela proposta e, para o que era o ritmo de produção editorial da época, conseguiu lançar a obra com celeridade, com grande repercussão, esgotando-se a primeira edição em seis meses. Resenhas do livro ocuparam não apenas páginas da Folha, como também do ancestral feuspiano Estadão.

O contato pessoal com essas pessoas, tanto no convite como na preparação das sessões do seminário, pessoas notáveis que aceitaram o convite para ajudar a pensar a formação de professores e professoras, foi não apenas uma grande honra e privilégio, como processo formativo indelével.

Um caso marcante foi o do professor Roberto Romano, após a participação no seminário, foi convidado a atuar como docente do EDA, ele que, naquele momento, era vice-diretor da Faculdade de Educação da Unicamp, acúmulo de cargos que, naquele momento, era possível, mediante autorização. Trata-se de outro caso, além daquela análise citada, que Moraes (2020) realizou, sobre o apagamento da importante atuação acadêmica de Florestan Fernandes na área da educação. Quando lamentavelmente Romano faleceu, em agosto de 2021, vitimado pela Covid-19, se fez referência à sua atuação como filósofo e sua vinculação ao IFCH, mas não se mencionou, sequer, seu relevante papel na área da Educação, com mais anos de duração na Unicamp, antes de sua mudança de unidade, e por cerca de um ano na FEUSP. Nesse tempo, sua passagem foi realmente marcante, em especial por como se dedicou a nós, que éramos



colegas mais jovens e menos experientes, trazendo a possibilidade de reuniões de estudo, abrindo caminhos para publicações, assim como se envolvendo na organização de simpósios, nos quais sua presença abria espaço imediato. Por exemplo, com a professora Carmen Sylvia Moraes, o professor Romualdo Portela de Oliveira (à época ainda realizando o mestrado) e eu, o professor Roberto Romano organizou um simpósio que apresentamos na reunião anual da SBPC em Curitiba, em 1986, que se tornou o germen para o livro *Escola Brasileira: temas e estudos*, que coordenei e foi publicado pela Atlas em 1987, com participação de quase todos os jovens colegas do EDA. A pessoa do professor Romano teve, assim, uma marca na renovação da FEUSP, especialmente do EDA. Para mim, pessoal e academicamente, foi um diálogo que perdurou, sendo um apoio imprescindível nas lutas sempre conturbadas em prol do Estado laico e da escola pública laica, ao longo de minha vida. Não apenas não me faltou em tempos de conflitos públicos aguerridos, como continuou a subsidiar minhas pesquisas e reflexões, e comparecer a fazer parcerias em debates públicos sobre a temática. Um mestre, que faz muita falta.

Já sobre o encontro com o professor Florestan Fernandes, havia um vínculo que sabia ser doloroso entre a herança vigorosa e as controvérsias que antecederam a FEUSP como unidade da USP. Foi outra vivência muito forte, que também perdurou<sup>12</sup>. O contato inicial, na verdade, foi bem difícil. Não atendia os telefonemas, tentou fugir até de receber o convite, e quando não teve como escapar, quando o “emboscamos” nos corredores da PUC-SP, instituição em que lecionava desde o retorno do exílio, mostrou sua firme decisão de não ir àquela instituição que dele se apartara, mesmo com todo o trabalho conjunto antes realizado, em prol da escola pública. Ainda jovem, indignada por me ver sob risco de pagar uma fatura que não me pertencia, nem a ninguém de minha geração, ainda que fosse parte da história institucional, que pretendíamos ver seguir transformada com novas pautas, novas abordagens e novos compromissos, tive uma reação pouco convencional. Sob o olhar estupefato de Hercília e Denice, com quem ali estava para o convite e a “emboscada”, tive algo perto de uma explosão de indignação, curta mas incisiva, perguntando ao professor Florestan: “ – O senhor pode me explicar porque eu, que fui privada de sua presença na minha formação universitária pelos militares, e por isso muito prejudicada, aprendendo sobre seu nome e sua história por meio de colegas que se arriscavam para ensinar a nós, mais jovens, sobre o seu papel, e por sua obra, deveria agora ser novamente privada de contar com seus ensinamentos, mas desta vez por sua própria iniciativa, professor?”. O olhar dele e o meu, ambos emocionados, e nosso silêncio, foi

---

<sup>12</sup> Por isso, deverá ser parte também do próximo artigo.



o que dominou o momento. O professor Florestan, falando baixinho, finalmente pegou o papel que levava comigo, com a proposta do seminário, como projeto apresentado à FAPESP, passou-me seu telefone e disse que ligasse para ele num dado dia e horário que indicou. A emboscada teve, então, um final feliz. A participação do professor Florestan no encerramento do seminário, no auditório da Escola de Aplicação da FEUSP, foi precedida de emocionado encontro com docentes da casa que foram recebê-lo na “sala dos professores” para um cafezinho<sup>13</sup>. Quando telefonei, na véspera, para combinar que iria buscá-lo pessoalmente, com carro oficial da USP, ele me passou um recado, que acredito que não se importaria por eu incluí-lo aqui. Ele me disse: “– Você me faz um favor? Conhece a Marta Carvalho? Você se dá bem com ela? Diga a ela que na minha fala, amanhã, estarei pensando nela”. Recado dado, foi um dos momentos mais dignos que já vivi.

## PARA ENCERRAR BREVEMENTE – E DEPOIS PROSSEGUIR

O termo efervescência apareceu muitas vezes, em meus estudos, quando se tratava da década de 1920, um século atrás portanto. Sobre os anos 1980 na FEUSP, penso que cabe o uso do mesmo termo. Juntamente com o que era vivido no plano nacional, sem entrar no campo internacional, a Faculdade de Educação passou por grandes mudanças. No início da década, aposentaram-se três nomes marcantes da história da instituição: Roque Spencer Maciel de Barros, Moisés Brejon e João Eduardo Rodrigues Villalobos. Havia, nesse gesto, uma sinalização de como percebiam que chegara um tempo novo, diferente. Após a vívida, frutífera e intensa década de 1980, os anos de 1990 viveram, na Faculdade de Educação e na USP como um todo, os resultados da reforma estatutária e regimental de 1988, gestada concomitantemente aos debates e promulgação da Constituição Federal de 1988. Novo capítulo da história, que outro artigo oportunamente abordará.

## REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Maria Helena Menna-Barreto. (Auto)Biográfico: um método possível de pesquisa? Prefácio. In PASSEGGI, Maria da Conceição; VICENTINI, Paula Perin; SOUZA, Elizeu Clementino de. **Pesquisa (auto)biográfica: narrativas de si e formação**. Curitiba (PR): CRV, 2013.

---

<sup>13</sup> A fala inicial do professor Florestan Fernandes foi muito significativa: “É a quarta vez que aqui volto, depois de 1969. É necessário lutar contra a opressão, qualquer que seja. Por isso, peço a todos que se levantem e guardem um minuto de recolhimento. Será a forma pela qual nós poderemos participar do silêncio de Frei Leornado Boff. (FERNANDES, 1986, p.13). O professor Florestan comentou, pessoalmente, que era a primeira vez que voltava à FE, e quarta vez à USP.



ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. As origens da Faculdade de Educação: a introdução dos estudos pedagógicos de nível universitário no estado de São Paulo. **Revista da Faculdade de Educação**, v.1, n.1, 1975, p. 25-41. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/pdf/rfe/v1n1/v1n1a02.pdf> . Acesso em 17 dez 2021.

ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. **A instrução pública no Estado de São Paulo: A Reforma de 1920**. Estudos e Documentos, v. 12, FEUSP, 1974.

AZEVEDO, Fernando de. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova** (1932). **Manifesto dos educadores: mais uma vez convocados** (1959). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf> . Acesso em 11 dez 2021.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1943.

AZEVEDO, Fernando de. **Educação Pública em S. Paulo. Problemas e discussões. inquérito para "O Estado de S. Paulo" , em 1926**. Série Brasileira. Biblioteca Pedagógica Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. Disponível para acesso eletrônico em <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/180/1/98%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf> . Acesso em 12 dez 2021.

BARROS, Roque Spencer Maciel de (org.). **Diretrizes e bases da educação nacional**. São Paulo: Pioneira, 1960.

BONTEMPI JR., Bruno. **A cadeira de História e Filosofia da Educação da USP entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa**. Tese. PUC/SP - Programa de Pós-Graduação em Educação: História e Filosofia da Educação, 2001. Disponível em <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/10655> . Acesso em 18 dez 2021.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil** (de 18 de setembro de 1946). Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm) . Acesso em 11 dez 2021.

BRASIL. **Ato Adicional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais. O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm) . Acesso em 18 dez 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969**. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em 18 dez 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) . Acesso em 18 dez 2021.



BRASIL. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm). Acesso em 11 dez 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm). Acesso em 12 dez 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º Grau e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm). Acesso em 18 dez 2021.

BRASIL. **Reforma Universitária – Relatório do Grupo de Trabalho Criado pelo Decreto nº 62.937/68**. 3ª ed.. Brasília: Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Superior, 1983. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002285.pdf>. Acesso em 8 dez 2021.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. **O bravo matutino – Imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. **A universidade da comunhão paulista (O projeto da criação da Universidade de S. Paulo)**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982. Disponível em <https://uspcaf.files.wordpress.com/2011/11/a-universidade-da-comunhc3a3o-paulista.pdf>. Acesso em 3 dez 2021.

CARVALHO, Laerte Ramos de. A educação brasileira e a sua periodização. **Encontro Internacional de Estudos Brasileiros**. Primeiro Seminário de Estudos Brasileiros. Introdução ao estudo da história da educação brasileira, Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP), São Paulo, 13 a 25 de setembro de 1971, mimeo. Republicado em: **Revista Brasileira de História da Educação** nº2, jul./dez. 2001, pp. 137-152. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38745/20275>. Acesso em 18 dez 2021.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Fernando de Azevedo, pioneiro da educação nova. **Revista Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 37, 1994, p. 71-79. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/71080/74039>. Acesso em 10 dez 2021.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira - católicos e liberais**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

ENTINI, Carlos Eduardo. “Pesquisa do jornal em 1926 mostrou necessidade de criação da Universidade de São Paulo”. In: **O Estado de S. Paulo**, 23 jan 2014, edição eletrônica. Disponível em <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,pesquisa-do-jornal-em-1926-mostrou-necessidade-de-criacao-da-universidade-de-sao-paulo,9575,0.htm>. Acesso em 8 dez 2021.



FERNANDES, Florestan. A formação política e o trabalho do professor. In: CATANI, D.; MIRANDA, H.T.; MENEZES, L.C.; FISCHMANN, R.(orgs). **Universidade, escola e formação de professores**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FISCHMANN, Roseli (org.). **Escola brasileira: temas e estudos**. São Paulo: Atlas, 1987.

FISCHMANN, Roseli. Memória coletiva e insurgência contra o olvido: em favor da convivência na escola. **Ensaio: avaliação e políticas públicas de educação**, Rio de Janeiro, v.21, n. 81, p. 801-820, out./dez. 2013.

FREITAG, Barbara. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: Edart, 1977.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 65 (150), maio-ago./1984, p. 407-425. Disponível em [https://download.inep.gov.br/download/70Anos/Manifesto\\_dos\\_Pioneiros\\_Educacao\\_Nova.pdf](https://download.inep.gov.br/download/70Anos/Manifesto_dos_Pioneiros_Educacao_Nova.pdf). Acesso em 10 dez 2021.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal Moraes. “Florestan Fernandes, a sociologia e a educação pública”. In: **A Terra é redonda – Eppur si muove**. 22/12/2020. Disponível em [https://aterraeredonda.com.br/florestan-fernandes-a-sociologia-e-a-educacao-publica/?doing\\_wp\\_cron=1641585479.8762810230255126953125](https://aterraeredonda.com.br/florestan-fernandes-a-sociologia-e-a-educacao-publica/?doing_wp_cron=1641585479.8762810230255126953125). Acesso em 5 dez 2021.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal Moraes. “A sistematização da política educacional dos ‘liberais reformadores’: o inquérito de 1926”. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 20 n. 1-2 São Paulo dez. 1994, p. 81-106. Disponível em [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-25551994000100006&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551994000100006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 18 dez 2021.

PAULILO, André Luiz. A reforma da educação como perícia: questões do fazer administrativo nos anos 1920. **Revista História da Educação**, v. 17, n. 41, set./dez. 2013, p. 43-57.

PILETTI, Nelson. Da educação física às ciências sociais. **Revista Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 37, 1994, p. 71-79. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/71118/74085>. Acesso em 10 dez 2021.

PONTES, José Alfredo Vidigal. O Estado de S.Paulo – Resumo. Acervo de O Estado de S. Paulo. Disponível em <https://www.estadao.com.br/historico/print/resumo.htm>. Acesso em 14 dez 2021.

SILVA, José Carlos Sooma; VIDAL, Diana Gonçalves; ABDALA, Rachel Duarte. **Fernando de Azevedo em releituras**. Sobre lutas travadas, investigações realizadas e documentos guardados. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2020.

SOUZA, Antonio Cândido de Mello e. Um reformador. **Revista Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 37, 1994, p. 11-17. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70512/73282>. Acesso em 10 dez 2021.

SOUZA, Antonio Cândido de Mello e. Prefácio. In: DUARTE, Paulo. **Mário de Andrade por ele mesmo**. São Paulo: EDART, 1971.



VOVELLE, Michel. A revolução francesa e seu eco. **Revista Estudos Avançados**, v. 3 n. 6, Ago 1989, p. 25-45. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/dRnfWsbWdxZRhyC3kf6ts3v/?format=pdf&lang=pt> e em <https://www.scielo.br/j/ea/a/dRnfWsbWdxZRhyC3kf6ts3v/> . Acesso em 18 dez 2021.

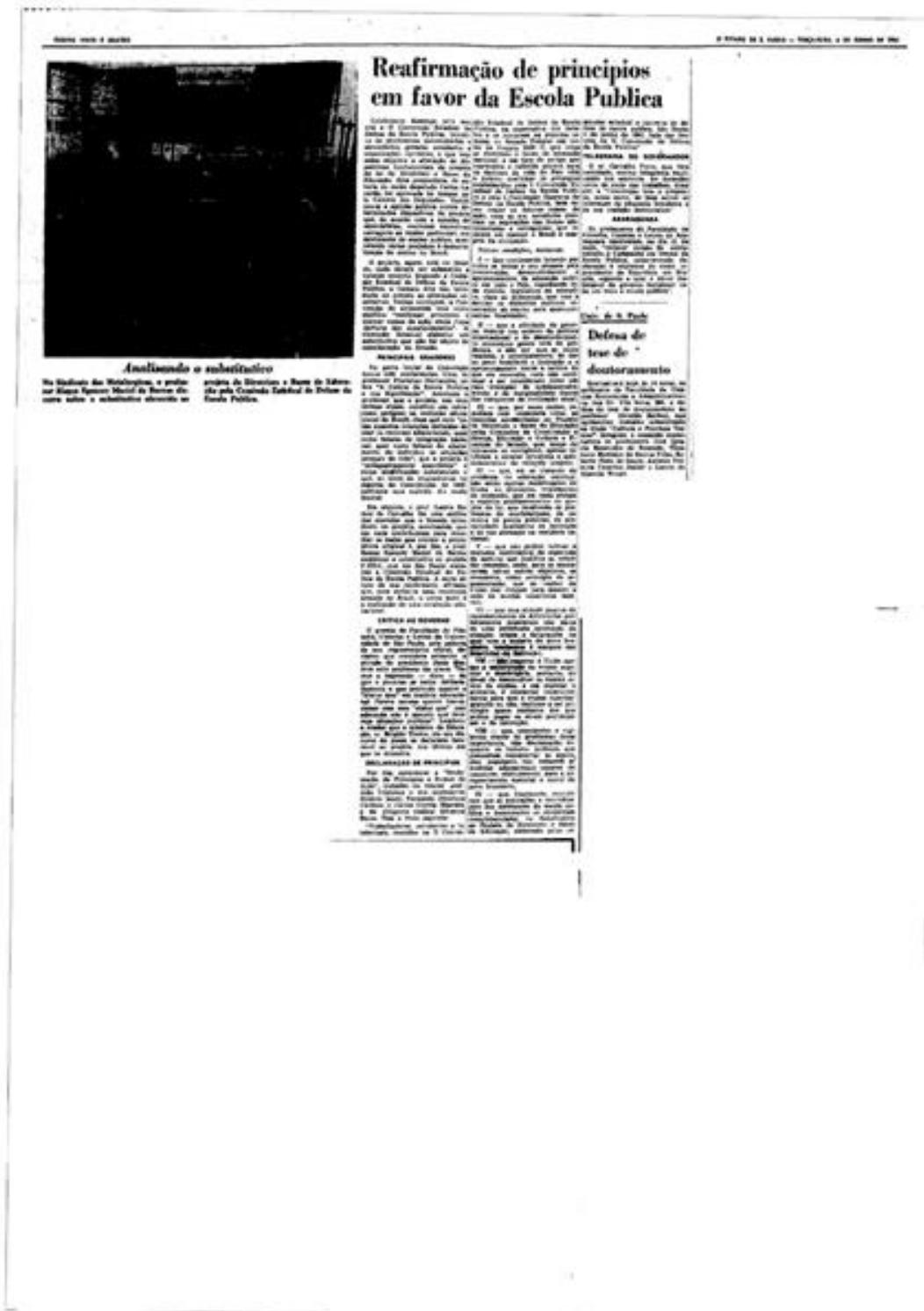
Recebido em: 11 de outubro de 2021

Aceito em: 26 de dezembro de 2021



# ANEXO 1

## Reafirmação de princípios em favor da Escola Pública

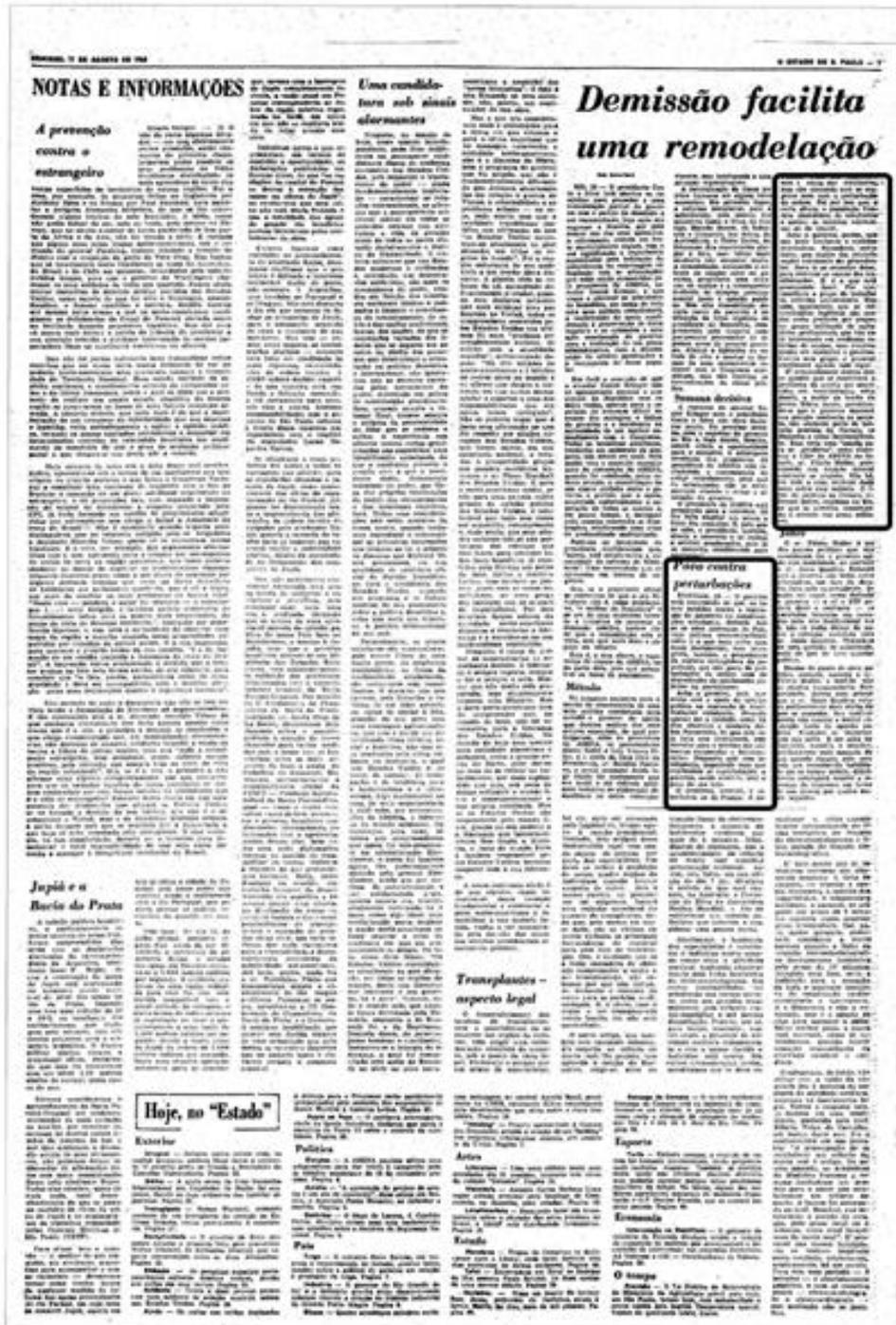




# ANEXO 2

## Povo contra perturbações.

Vista da página 3 na íntegra, com demarcação da matéria em foco.





## *Povo contra perturbações*

BRASILIA, 10 — O governo está convencido de que, ao tomar medidas contra a realização de passeatas ou manifestações estudantis, defende não só os altos interesses do País, cuja politica economico-financeira é a que mais sofre com esses movimentos, mas interpreta, também, o pensamento da maioria esmagadora da população, que não gosta de perturbações da ordem nem de depredações de patrimônios públicos ou particulares.

Acha o governo, pois, que conta com o apoio da opinião publica na repressão ás manifestações estudantis, devendo apenas ter o cuidado, como há dias observou o ministro Jarbas Passarinho, de que esta seja feita com inteligencia, sem resvalar para o terreno das violencias exageradas e desnecessarias. Enquanto agir com inteligencia, impedindo mais que reprimindo as manifestações, o governo, assim acredita, terá o povo do seu lado.

O problema, entende, é semelhante ao da França. A po-

pulação pode até simpatizar com a causa dos estudantes, mas não concorda com os exageros nem com a perturbação da ordem. Foi por isso que, a certa altura, a população francesa abandonou os estudantes e apoiou as medidas repressivas de de Gaulle.

Sabe o governo, porém, que não pode limitar-se a medidas repressivas. Reconhece, entretanto, que muitas das reivindicações estudantis são procedentes. Deve ir ao encontro delas, para remover as causas das manifestações. E é o que está procurando fazer. Por isso, constituiu o grupo de trabalho da reforma universitaria. Mas sabe, igualmente, que as reivindicações legítimas são usadas como pretexto por pequeno grupo infiltrado de agitadores profissionais, que não está interessado em nenhuma reforma do ensino, mas simplesmente em contestar o governo. Contra esse grupo, o governo continuará agindo com rigor.

E' provavelmente dentro desse quadro que se examinará o problema da anistia aos envolvidos em manifestações estudantis, a partir da morte do jovem Edson Souto, acreditando-se que o governo manterá sua posição contraria ao projeto, não obstante parte da bancada arenista da Camara se disponha a votar favoravelmente. Essa seria uma "anistia para os agitadores", como observou o lider da ARENA no Senado, sr. Filinto Muller, antecipando sua posição pessoal contraria ao projeto. Não há, em todo o caso, nenhum dado novo sobre essa materia. O lider do governo na Camara, sr. Ernani Satiro, continua no Rio, ao que se acredita, examinando o assunto nas areas militares.